



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua da Glória, 362 - 7º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: 3561-7839

Autos nº. 0032192-70.2015.8.16.0185

I – Cumpra-se o requerido no mov. 559 e 554.1, item II.

II – Ante a expressa concordância do Administrador Judicial (mov. 504.1, item b) e do Ministério Público (mov. 554), e, considerando a dificuldade para a venda dos bens remanescentes indicados no mov. 466, autorizo a venda dos lotes por lances livres.

A venda dos bens será realizada mediante hasta pública (Leilão), no dia **23 de março de 2020, às 10 horas**, em ambiente exclusivamente eletrônico (www.hkleiloes.com.br), conforme autorizam os artigos 879, II e 882 do CPC e a Resolução n. 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, observadas as disposições dos artigos 139 e seguintes da LF/2005 c/c, no que couber, o disposto nos artigos 881 e seguintes do Código de Processo Civil, e as condições que abaixo seguem:

a) Deverá o Leiloeiro cumprir estritamente o determinado no artigo 884 do CPC.

b) A comissão do Leiloeiro é fixada em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante.

c) Edital do Leilão deverá obedecer ao determinado no artigo 886 do CPC, a ser publicado na forma do artigo 887 do CPC c/c artigo 142 §1º da LF/2005.

d) A realização do leilão será antecedida por publicação de anúncio em jornal de ampla circulação, com 15 dias de antecedência, sendo obrigatória a ampla divulgação por todos os meios que contribuam para o amplo conhecimento da venda, inclusive no local de situação dos imóveis, conforme determina o artigo 142, §1º da LF/2005.

e) Deverá o Leiloeiro juntar aos autos, até cinco dias antes da realização do ato, a comprovação da efetiva divulgação da realização do Leilão.

f) Os bens serão ofertados em lotes, artigo 140, IV da LF/2005 e a venda será realizada por lances livres, **a partir de 50% (cinquenta por cento) dos valores de avaliação (mov. 466)**, à vista, cujo valor deverá ser depositado, de imediato, no ato da arrematação, em dinheiro e em conta judicial vinculada ao Juízo, ou no prazo de até 15 dias, mediante caução idônea e equivalente a 30% do preço. Caso não seja pago o preço no prazo de 15 dias, perderá o arrematante o valor da caução, tornado sem efeito a arrematação e retornando os bens a nova praça ou leilão, dos quais não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos (artigo 903, § 1º c/c artigo 897 do CPC).

g) Caso não compareça nenhum interessado em adquirir os bens à vista, será realizada a venda em parcelas, cuja aceitação fica condicionada ao depósito à vista de 30% do valor do lance, em conta judicial vinculada ao Juízo. O saldo remanescente, será satisfeito em até 02 (duas) parcelas iguais, mensais, consecutivas e atualizadas monetariamente a partir da data da



realização do leilão (média do INPC/IGP-DI). Os pagamentos deverão ser efetuados em dinheiro, via depósito em conta judicial vinculada ao Juízo. Caindo o vencimento da parcela em dia não útil, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado das demais. Nessa hipótese, o arrematante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, perderá o sinal (entrada), ficará obrigado a prestar a diferença porventura verificada e pagará as despesas.

h) Intime-se o Falido como determina o artigo 889, I do CPC, observando-se ainda, no que couber o disposto nos demais incisos do artigo 889 do CPC.

i) Intime-se pessoalmente o DD. Promotor de Justiça, na forma do artigo 142, § 7º da Lei n. 11.101/2005.

j) Intime-se o leiloeiro para as providências de praxe.

III – Intime-se.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2020.

Luciane Pereira Ramos

Juíza de Direito

